

MEMÓRIA E MATRIZES CULTURAIS DA EUROPA

A. AUGUSTO TAVARES

O tema geral dos nossos trabalhos **memória e sociedade** induz-nos a reconhecer de imediato que não falamos de memória num sentido psicológico. O conceito em que assumimos a palavra não se afasta daquele que os Gregos tinham de **mneme**, uma experiência que se tem do passado, que não está morto, que não se dilui, mas está implicitamente no presente. A recordação torna o passado presente como passado, não com o sentido de o reviver à maneira de uma evocação e/ou comemoração litúrgica. É essa a **memória** de que falamos, que tem como função conservar os conteúdos das vivências para além do "aqui e agora".

A aproximação do conceito de **memória** ao conceito, também grego, de **história** é evidente. Heródoto ensinava que a **histórie** (em ático **história**), enquanto "exposição das informações", tal o significado da palavra, tem por fim fazer com que os feitos dos homens não se apaguem com o tempo. Recordar o passado na memória dos homens é efectivamente um dos objectivos da história. Tanto Heródoto como Tucídides, os dois historiadores gregos do século V a. C. são coincidentes em atribuir como finalidade à história "fazer com que as acções dos humanos sejam recordadas", permaneçam na memória, fiquem para a posteridade, pois têm de contribuir "para que o homem conheça o homem".

"A história não é outra coisa se não a vida dos homens", usando a expressão de Joseph Hours¹, no sentido de que os acompanha desde as origens, lhes segue o seu percurso, os seus caminhos até desembocar no aqui e agora. Assim sendo, o presente está carregado do passado². A história, enquanto "exposição das informações" dos feitos dos homens que a memória conserva, não é estática e contemplativa, não é visita a uma necrópole, nem se poderá assemelhar a uma obra de antiquários, pois acompanha a vida da sociedade, que é movimento, processo de avanço até

ao presente. Se se perder da memória o passado, perde-se a referência necessária para a interpretação da sociedade actual e não se encontrarão sinais indicativos nem referências de rumo para o futuro.

A passagem do século XX para o século XXI e o início de um novo milénio constituem um momento privilegiado para uma reflexão sobre a importância da história e da memória na sociedade. Trata-se de um marco histórico onde passado, presente e futuro se sentem mais ligados. É uma ocasião propícia para memorar, recordar e prospectar. Obviamente que a prospecção do futuro nos empurra para o incerto, para o indefinido, mas a memória do passado faz-nos acreditar com segurança no progresso. Torna-se fundamento da esperança. Sendo impossível prever os limites da capacidade do espírito humano, não poderá duvidar-se de que continuamos numa marcha ascensional para a frente. Não é, pois, uma esperança vã ou utópica. Pelo contrário, tudo leva a pensar que estamos ainda no princípio e nada está definitivamente adquirido³.

Entra neste contexto histórico a importância da memória na sociedade. Termina-se um século que ficará conhecido por avanços culturais, científicos e tecnológicos, mas também marcado com guerras, com lutas sociais, com fomes, genocídios, alterações da geografia política nos continentes, crises de toda a ordem... Por outro lado avizinham-se novos tempos, provavelmente mais prósperos, com novas organizações económicas e sociais e talvez com novas arquitecturas políticas na Europa e noutros continentes.

A observação do presente faz-nos consciencializar a experiência que todos temos de que o mundo se tornou mais pequeno, apesar de o homem não poder ainda sentir-se cidadão do mundo. **Globalização, mundialização, e época planetária** são expressões correntes da actualidade, e sem dúvida plenas de sentido. Significam realidades que todos experimentam diariamente no que comem, no que usam, no que vestem, no que vêem, no que ouvem dentro das próprias casas, nas músicas, nas notícias, na múltipla propaganda, etc. que a rádio ou a televisão transmitem. É a experiência concreta de que o mundo inteiro se tornou tão pequeno que entra na nossa casa e, mais ainda, no ecrã duma televisão. Entra ali todo o nosso planeta, a própria lua ao pôr do sol ou um eclipse total. E ali poderá entrar possivelmente, num futuro não distante, uma moradia que o homem irá erguer no planeta Mercúrio, em Marte ou noutra, para onde poderá dirigir-se em viagem de férias, nalguma das luxuosas naves espaciais ao serviço do turismo interplanetário. A **oikoumene** dos Gregos era efectivamente muito mais pequena do que é o mundo de hoje e daquele que será o de amanhã, como se poderá antever numa prospecção de futuro. Será que o homem, que não conseguiu até agora ser cidadão do mundo terreno, poderá tornar-se alguma vez cidadão desse futuro mundo interplanetário que os progressos da civilização nos permitem antever?

Mas, mais que prospecção ou futurologia para o novo século e novo milénio, importa-nos como membros de um centro de estudos históricos, a informação do passado, conservada na memória. Eis-nos por outras palavras perante a função da história, a quem compete o estudo das heranças sucessivas, preservadas na memória, que integram o património que identifica um povo, define uma cultura, caracteriza uma sociedade.

Tal como a arte, a ciência, a religião, a filosofia, etc. são temas próprios do estudo da história, assim acontece com a cultura. Há uma história da cultura, realidade que os homens foram elaborando através de gerações, sem disso terem consciência. “uma história das formas inconscientes do social” de que fala Fernand Braudel⁴. Digamos que a cultura faz parte duma história inconsciente. É caso para recordarmos a observação de Levi Strauss: “os homens fazem a história mas ignoram que a fazem”⁵.

Vamos fixar-nos nas raízes matriciais da nossa cultura, designada de “ocidental”, qual memória perseverante, de que não se terá consciência, apesar de ser indispensável para o entendimento da sociedade.

A cultura ocidental

É conhecida por “ocidental” e também por “europeia” a cultura em que nós nascemos e vivemos. Ao tentarmos compreendê-la, não poderemos fixar-nos apenas na actualidade, mas impõe-se procurar-lhe as suas raízes e acompanhá-la no seu crescimento, nessa história de que por vezes se perde a memória e a consciência. É esse o nosso objectivo nesta modesta intervenção.

Segundo a admoestação atribuída a Aristóteles, para compreendermos as coisas, é preciso vê-las nascer e crescer. Sendo assim, se desejamos conhecer, por exemplo, exaustivamente um animal, qualquer que ele seja, não basta dissecar o seu cadáver. É necessário observá-lo a viver, ou seja a nascer, a crescer, a desenvolver-se, a agir... Supomos que esta advertência epistemológica se impõe quando pretendemos compreender a realidade complexa da cultura europeia ou, por outras palavras, a maneira de pensar e de viver em que nós estamos inseridos desde gerações e mais gerações, aquilo que distingue a nossa existência daquela que têm outros.

Estamos situados no tema que ultimamente tem interessado a muitos, o da identidade, seja da Europa seja especificamente de Portugal. Neste momento, referimo-nos, de forma geral à Europa. Estamos bem conscientes de que o conceito de identidade não é fácil de definir, pois tanto poderá designar um estado de coisas, um modo de ser que assenta numa memória matricial, como poderá apontar para um processo em construção, algo que se situa numa referência

ao passado, ao presente e até mesmo ao futuro, algo que nunca está completo. De qualquer modo uma análise da cultura ocidental tem de se fixar fundamentalmente nos elementos que integram as suas antigas raízes.

Para maior precisão e limitação do objecto deste estudo, vamos, por isso, prestar especial atenção à ideia de **memória matricial**, observando a sequência cronológica no processo de formação dos principais estratos da cultura que é património comum aos povos deste velho continente, sem ignorarmos as diferentes especificidades das culturas nacionais. Compreende-se e justifica-se que, por vezes, se fale de "cultura europeia" e de "culturas europeias", acentuando a unidade e a diversidade ou, vistas as coisas por outro ângulo, uma pluralidade real assente numa unidade básica.

Não existem fronteiras geográficas claras e indiscutíveis entre a Europa oriental e central; nem poderá falar-se de unidade étnica ou linguística indiscutível na Europa; também é certo que nunca houve uma unidade política europeia. Mas, por outro lado, fala-se de uma Europa mediterrânica, de uma Europa do Norte, de uma Europa de Leste, etc. Tal significa que existem diferenças e que os habitantes dessas e de outras regiões se sentirão europeus de maneira diferente, embora todos saibam e sintam que não são asiáticos, africanos, americanos, etc. Todos se consideram herdeiros dum *património comum* que é a sua *cultura* ou, se preferirmos, *civilização* (sem acentuarmos de momento especificidades conceptuais) o que lhes dá um certo ar de família. Africanos, Asiáticos, Americanos e outros poderão dizer de si mesmos algo de semelhante.

Convém desde já observarmos que designamos de "ocidental" a civilização, que, sendo europeia, ultrapassou desde há muito as fronteiras do velho continente. Observemos ainda, seguindo Pierre Amiet, que só "paradoxalmente" poderá ser designada desse modo, chamando-nos a atenção para as suas raízes orientais: "o Oriente pertence-nos como parte integrante do nosso património"⁶, observação semelhante à que faz um outro conhecido assiriólogo J. Bottéro ao escrever: "cette civilisation, qui est la nôtre, on l'appelle volontiers "occidentale", mais en fait, elle mord largement sur le Proche Orient"⁷.

De facto, se analisamos com atenção a civilização ocidental, (no sentido em que estamos a considerá-la, originariamente "europeia"), verificamos de imediato que nela intervêm elementos greco-latinos e cristãos, para referirmos os fundamentais. Não há dúvida da presença desses elementos nesta civilização, que, apesar disso, constitui um todo com coerência interna, apesar de manter especificidades e diferenças.

Normalmente, quando se procuram as suas raízes, faz-se a primeira paragem na Grécia, passando depois para Roma que, em parte, é o seu natural prolongamento, e faz-se outra grande paragem em Jerusalém, ou seja no antigo mundo hebraico, com a sua religião monoteísta e a sua moral radicada basicamente no Decálogo, proclamado no segundo livro da Bíblia.

Em seguida, observa-se, quase espontaneamente, que a estas duas correntes culturais se vem juntar o cristianismo que se torna na prática a alma da Europa. Posteriormente o Islão, que virá a expandir-se como um sistema religioso e um complexo de ideias, em parte já de raiz bíblica, não deixa de trazer ainda um enriquecimento ao património de matriz clássica e cristã que caracteriza a Europa.

Apesar de estas verdades serem sobejamente conhecidas e comumente aceites, importa reconhecermos que é necessário ir mais longe em busca das raízes culturais da Europa. Tem de se avançar para o Médio Oriente Antigo, tendo presente que o vocábulo *Oriente* exprime uma realidade convencional que agrupa várias e diferenciadas civilizações. Por isso também o Egipto, apesar de geograficamente se situar no norte de África, faz parte do Antigo Oriente, tal como a Mesopotâmia, o Irão, a Síria, a Palestina, etc.

Os inícios da cultura ocidental, para Julian Reade, do British Museum, "têm de procurar-se desde o Egipto até à Índia"⁸. O Egipto é certamente mais conhecido porque os seus monumentos de pedra foram "construídos para a eternidade" e os seus inúmeros textos, depois da decifração dos hieróglifos por Champollion, podem hoje ser lidos e compreendidos, ao passo que a Índia, com a sua escrita enigmática, conserva ainda muito de mistério. No meio das duas, ocupa lugar central a Mesopotâmia, para onde temos de nos dirigir desde o início desta digressão.

Se em história "há sempre alguma coisa antes", segundo uma lei fundamental na historiografia da Antiguidade e se "a História começa na Suméria", como ensinou o sumeriólogo Samuel Kramer, devemos procurar civilizações mais antigas, onde Hebreus ou Árabes, Gregos ou Romanos terão ido beber. E não tenhamos dúvida de que uns e outros seriam diferentes se não tivessem recebido influências das civilizações do Egipto, da Mesopotâmia e do Irão, das regiões do sul da Arábia, da Anatólia, da Ásia Menor, da Síria...

Temos de começar pelas civilizações que surgiram entre o Tigre e o Eufrates, sem pretendermos obviamente encontrar aí a origem de todo o complexo do que poderíamos considerar elementos primordiais da nossa civilização, pois existem muitos outros, certamente, e com diferentes origens. Normalmente difíceis de identificar, embora quase sempre interrelacionados e interdependentes.

O legado da Mesopotâmia é riquíssimo e não seria possível apresentá-lo em poucas palavras. Mas foi sem dúvida a escrita o mais precioso tesouro que os Mesopotâmios nos legaram, o principal facto de cultura. Mais de meio milhão de documentos foram postos a descoberto nas terras de entre o Tigre e o Eufrates, embora nem todos estejam lidos e estudados. Se os vestígios arqueológicos são de sua natureza mudos, essa documentação escrita pode ler-se; a sua informação é directa e imediata. Assim, não admira que se repita que, na Mesopotâmia, começa a História. Antes, é Pré-história⁹.

De certo que não é este o momento para descrevermos o processo, obviamente lento, que conduziu à invenção da escrita, mas tão somente observarmos como constitui elemento primordial de cultura. Foi utilizada inicialmente em documentos de transações comerciais e de contabilidade, mas bem cedo serviria também para registar tradições e mitos, sob a forma de prosa e de poesia, tal como serviria para codificar as leis. Salientamos este último aspecto, pois é da Mesopotâmia que nos chegam os primeiros exemplos de códigos, sendo talvez o mais antigo o de Ur-Namu, soberano da terceira dinastia de Ur (2050-2032 a.C.). Seguir-se-ia o de Lipit-Ishtar, rei da dinastia de Isin (1875-1865 a. C.) e outros iriam aparecer em língua acádica, como o Código de Eshnuna, do rei Bilalama (1825-1787 a.C.). No entanto o mais conhecido é seguramente o de Hamurábi, rei da Babilónia (1728-1686 a.C.). Com os seus 282 parágrafos (artigos), é o mais completo e o exemplo mais avançado da legislação codificada da Antiguidade pré-clássica¹⁰. Na mesma tradição, situam-se as leis assírias dos finais do século XII a. C., descobertas em Assur em 1903 e 1914¹¹.

A escrita esteve igualmente ao serviço das ciências que agora designamos por "exactas" e/ou "positivas" e que aí foram cultivadas com esmero, nomeadamente a geografia, a matemática, a astronomia e a medicina¹². Ao referirmos a geografia, temos presente, por exemplo, as listas de rios, de montanhas, de países e de cidades que entravam nos programas de aprendizagem na escola, a *bit tuppí*, ou seja a "casa das tabuinhas" e indícios de primitiva cartografia, provavelmente anterior às tentativas de Anaximandro na Grécia¹³.

A matemática alcançou mais desenvolvimento que a geografia. A documentação escrita que nos chega dá-nos a conhecer duas categorias de textos sobre essa matéria, do início do II milénio, onde aparecem tabelas com números que permitiam fazer divisões, multiplicações e cálculos mais complicados. Aí são enunciados e resolvidos problemas, servindo de modelo para os estudantes. Os Mesopotâmios usaram o sistema sexagesimal, dividiram a circunferência em 360 graus, a hora em 60 minutos e o minuto em 60 segundos. Estamos pois a ver donde recebemos esta herança.

Ainda nos meados do primeiro milénio a. C., estabeleceram a semana de sete dias. A partir dessa base, por intermédio dos Romanos, a semana dos sete dias passou a todos os povos da Europa e estendeu-se gradualmente aos outros. Calcularam o valor de π em 3, mas, numa tabuinha de Susa, o valor que se lhe atribui já é de 3,375. Conheceram certas propriedades do rectângulo, do triângulo e do círculo e, numa tabuinha do século XVIII a. C., exposta no museu de Bagdad, aparece ilustrado graficamente o teorema de Pitágoras. Também a medicina e a astronomia alcançaram elevado nível, não sendo indiferentes ao processo civilizatório da humanidade.

Mas, noutras áreas, terá sido maior ainda o contributo da antiga Mesopotâmia que veio a integrar a cultura ocidental, aonde chegou por diferentes vias.

Bastaria vermos como perduram entre nós alguns dos seus provérbios, bem como muito do pensamento predominante na sua rica literatura sapiencial.

Será bom referirmos ainda que certas instituições actualmente generalizadas têm provavelmente a sua origem na Mesopotâmia, tais como a coroação dos reis e vários símbolos da arte religiosa, como o crescente lunar e a árvore da vida. Atribui-se também a origem mesopotâmica, concretamente da língua acádica, a alguns vocábulos que chegaram a várias línguas modernas através do hebraico, do grego e do árabe, podendo apresentar-se os seguintes exemplos: cana (acádio *qānu*), álcool (*guhlu*), mirra (*murru*), nafta (*naftu*), safrão (*azupiranu*), corno (*qarnu*), mesquinho (*mushkēnu*).¹⁴

Mais que tudo isso, devemos apontar a presença de muitos elementos mesopotâmicos na Bíblia, principalmente nos onze primeiros capítulos do Génesis. Quem não ouviu falar, por exemplo, dos relatos que nos deixou o *Javeista* da criação do homem a partir do barro, dos episódios da arca de Noé e da torre de Babel ou do Dilúvio? E se comparássemos alguns salmos, hinos e orações da Bíblia com textos de géneros literários idênticos da Mesopotâmia, descobriríamos facilmente a mentalidade, o *humus*, numa palavra, em que germinou a Bíblia¹⁵ cuja importância na formação da cultura ocidental não poderá esquecer-se. Embora seja tarefa espinhosa discernir a génese das ideias e das culturas, bem como o seu percurso até aos tempos actuais, não podemos deixar de reconhecer que, na cultura dita ocidental, abundam elementos orientais de remota origem mesopotâmica.

Neste nosso percurso, torna-se obrigatória uma paragem no Egipto, onde floresceu a grandiosa civilização que manteve a sua identidade fundamental durante mais de três milénios, com a mesma língua, os mesmos deuses, os mesmos hábitos de vida, numa persistência que só encontra verdadeira explicação na solidez das suas notáveis estruturas de ordem religiosa e política.

Nas ciências, nas técnicas, nas letras e nas artes, muito se poderá apontar. Fixemo-nos, antes de mais, no calendário. Os Egípcios tiveram necessidade de medir o tempo. Para tal, decompuseram o ano em 365 dias e um quarto, pela observação do sol. Foi esse calendário solar que, no ano 45 a. C., Júlio César adoptou, ficando conhecido pelo nome de *juliano*. Muitos séculos depois, seria corrigido pelos astrónomos do Papa Gregório XIII, isto em 1582, ficando por isso designado por *gregoriano* o calendário que perdura até aos nossos tempos. Do Egipto vem-nos pois esta herança imorredoura.

Nas letras mereceria uma longa demora a literatura sapiencial e a poesia religiosa, pela influência que exerceram na Bíblia. Bastaria compararmos, por exemplo, a "sabedoria" de Amenemope com o livro bíblico dos *Provérbios* e facilmente verificaríamos as semelhanças. A ideia de Deus, justo, moral, infinito

que aparece como pano de fundo nos conselhos de Amenemope e até a mesma linguagem passaram para o livro sagrado dos Hebreus e mais tarde também dos cristãos. Neste contexto, não podemos esquecer o bellissimo hino de Amenófis IV a Aton que influenciou o *Salmo 104* em que se inspirou S. Francisco de Assis no seu *Cântico ao sol*: “Bela é a tua aurora no horizonte do céu, ó vivo Aton, começo da vida. Quando te levantas no Oriente, enches o universo com a tua beleza. És belo, grande cintilante... teus raios cobrem a terra e tudo o que hás criado”¹⁶ ...

No que concerne ao legado egípcio, refiram-se ainda, por curiosidade, alguns vocábulos que têm aí a sua remota origem e chegaram até nós, depois de passarem pelo árabe. Estão neste caso: *química, alquimia, adobe, saco, papel, fénix, gazela, girafa*. A fábula, já antes de Esopo e de Fedro, fora cultivada no Egito. A banda desenhada, tão em voga actualmente, foi usada também nas margens do Nilo. A expressão “sete anos de vacas gordas”, referindo a boa inundação e “os anos de vacas magras”, designando os anos de fome, surgiu igualmente no Egito antes de passar para a Bíblia. A balança da justiça, que entra na iconografia de S. Miguel, encontra-se no capítulo 125 do *Livro dos Mortos*. E muitos outros exemplos se poderiam apontar¹⁷.

Como quer que seja, há algo que me parece não dever silenciar-se nesta linha de considerações: a arte. Segundo a afirmação de A. Erman, “em tudo aquilo que os Egípcios nos deixaram, a produção artística constitui de longe a melhor parte”¹⁸. E, com mais precisão, observa G. Bazin: “a arquitectura egípcia é a primeira grande tentativa humana na arte de construir”¹⁹. Talvez não pareça oportuno desenvolvermos aqui este tema, cheio de interesse, mas tenhamos a certeza de que muito se poderia dizer da suas características e influência na arquitectura que, através do Mediterrâneo, concretamente da ilha de Creta, se implantou na Europa. Registe-se por exemplo o uso da iluminação clerestórica em vários templos e recorde-se que a coluna dórica e proto-dórica já antes dos Gregos se encontra no Egito, no templo de Deir el-Bahari. Sem mais delongas neste caminho, uma conclusão fácil e óbvia se impõe: sem a antiga civilização egípcia, não seríamos hoje aquilo que somos.

Bem diferente destas grandes civilizações é a do povo hebreu situado na costa oriental do Mediterrâneo, em território que foi ponte natural entre o Egito e a Mesopotâmia. A sua história política e cultural está vinculada não só a esses povos e civilizações mas também a toda a região siro-palestinense. Os Hebreus de facto assimilaram muito das culturas dos povos vizinhos e souberam transmitir o que receberam, basicamente através da Bíblia. O principal legado que deixaram à humanidade é certamente o monoteísmo, que caracteriza a sua religião e a

distingue de todas as outras na antiguidade. Mas o seu livro sagrado não é apenas o testemunho e repositório dos princípios e ensinamentos da religião monoteísta. A Bíblia é também o grande veículo das antigas culturas do Antigo Oriente para o Ocidente. Por isso a história do pequeno povo hebreu tornou-se imprescindível para a compreensão não só do Médio Oriente Antigo mas também da história cultural do Ocidente.

As culturas doutros povos periféricos, como os da Anatólia, do norte da Síria e especialmente do povo fenício que, por sua vez recebera fortes influências de outros, particularmente do Egipto e da Mesopotâmia, certamente que também não foram indiferentes ao devir da História e das matrizes culturais que caracterizam a Europa, mas não é nosso objectivo seguir agora por esse longo e sinuoso caminho.

O legado da cultura clássica

Não obstante as múltiplas influências orientais na cultura ocidental, temos de reconhecer que o seu factor principal constitutivo e identificador é certamente o legado da cultura clássica, distinguindo-se aí o elemento helénico e o romano. Não se trata de uma junção forçada ou arbitrária destes dois elementos, pois temos presente que os Gregos foram os criadores de um complexo cultural autónomo, enquanto os Romanos foram os seus reformuladores e transmissores para um mundo mais vasto. À herança grega deve-se designadamente o conceito de sociedade organizada na *polis*, palavra que designa, como sabemos, um sistema especial de vida dos cidadãos na cidade-estado mais que a cidade física. Dos Gregos procede o apreço pelas letras como fonte de prazer estético, donde vem a razão de ser da epopeia, da tragédia, da oratória, da retórica, do diálogo filosófico da história²⁰. A eles se deve igualmente o apreço pela beleza que cultivaram nas artes do desenho: arquitectura, escultura e pintura. Aos helenos se deve ainda a organização de um esquema educacional que perduraria pela Idade Média como profundo substrato cultural, sendo retomado como ideal e com renovado vigor na Renascença.

A cultura grega fez-se sentir inicialmente no mundo mediterrânico, mas os Romanos iriam assimilá-la e difundi-la por toda a Europa ao ritmo e à medida do alargamento do império, na sua expansão territorial e política. Primeiramente avançara por um eixo horizontal pelo Mediterrâneo; depois, seguiria um eixo vertical Roma-Reno, para depois se expandir para Oriente, até se chegar a um momento em que Bizâncio se torna uma segunda Roma. Não esqueçamos, porém,

que, apesar de o mapa da expansão territorial do império ser praticamente coincidente com a própria expansão da cultura clássica, a Europa ocidental, designadamente a Hispânia e as Gálias das conquistas de Júlio César, assimilariam mais profundamente o substrato cultural clássico.

Chegaria entretanto o cristianismo que iria constituir parte integrante da profunda matriz cultural da Europa. Cultura clássica e cultura cristã iriam conviver primeiramente lado a lado, numa espécie de dicotomia de "convivência"; depois, progressivamente, em aproximação e complementariedade, até se dar uma aceitação do fundamental da cultura clássica por parte do cristianismo. Os Padres da Igreja e os clérigos, duma maneira geral, assimilaram gradualmente a cultura dos Gregos e Latinos. Fizeram-na sua e transmitiram-na ao povo que também a fez sua. Assim, quando por 330 Constantino transferiu a capital para Bizâncio, já o Ocidente possuía a marca indelével da sua cultura clássico-cristã, garante da sua força colectiva que lhe permitiu aguentar as sucessivas vagas dos povos bárbaros que iriam destruir, no século V, a estrutura e organização política do império romano. A derrota do império não significou, por isso, a destruição do germen da unidade básica da Europa que estava a formar-se. Já então a sua cultura específica era um forte elemento de coesão e continuaria a ser uma poderosa força europeizante nos tempos que iriam seguir-se. Embora tivesse implantação diferente no espaço europeu, desempenhou, na sua globalidade, uma função integradora de consequências incomensuráveis perante a desagregação causada pelas invasões dos chamados "povos bárbaros". É certo que o desmoronamento e queda política do império constitui o fim duma época histórica, mas, entre a Idade Antiga que em 476 terminava e a Idade Média que então nascia, não houve quebra de continuidade cultural.

A partir desta época, a Europa já não encontra mais a sua cabal explicação sem o cristianismo como factor interveniente não só no processo histórico da sua formação mas na sua história política, institucional e económica. Tendo assumido os valores do classicismo integrava a cultura que iria caracterizar o velho continente e exercer nos mais diversos campos a sua influência dinâmica e transformadora. É que, embora o cristianismo se afirme, pela sua origem e objectivos, como religião sobrenatural, exige pelos seus princípios uma relação estreita entre a fé religiosa e o próprio progresso material.

Quando se estudam certas civilizações da Antiguidade, como por exemplo a egípcia e a hebraica, verifica-se que, sem a respectiva religião, não se podem entender tais civilizações. O mesmo terá de afirmar-se por idênticas razões no caso presente: o cristianismo, desde a Alta Idade Média, tornou-se elemento

identificador da cultura europeia, não apenas como elemento interveniente no processo da formação dessa cultura mas como algo que está por dentro de todos os outros e se torna a chave de interpretação da sua própria história.

Vejamos a fase da formação da Europa, quando os mosteiros e as escolas episcopais são os principais centros de formação não só da religião cristã mas da cultura que incorporava os diversos povos do Ocidente numa grande comunidade espiritual que era a cristandade. Homens como St. Ambrósio de Milão, St. Agostinho, S. Gregório Magno e outros realizam uma missão fundamental na formação e consolidação da cultura ocidental, aonde vinham desaguar, como dois grandes rios, a cultura clássica greco-romana e a cultura oriental, pela via bíblica em que entravam elementos da Mesopotâmia, do Egito e do Antigo Médio Oriente em geral, que os Hebreus souberam assimilar e transmitir.

A língua latina que se impusera no Império romano desempenharia notável papel europeizante. Tornou-se, como se sabe, a língua da Igreja no Ocidente, não na sua forma clássica antiga, mas em moldes novos, onde o elemento religioso e a expressividade popular introduziram as suas características. Tal era o latim eclesiástico, que se tornou uma *koiné* linguística, língua do povo simples e dos letrados com elementos de raiz bíblica, seja no uso de hebraísmos seja na imagética oriental. Servia-lhe de padrão o latim da Bíblia, na versão que S. Jerónimo fizera a partir dos textos originais e que, pelo seu uso generalizado, mereceu o nome de "Vulgata". Contribuiu para a divulgação da língua a pregação nas igrejas e a liturgia cristã de uso constante no culto, desde os modestos templos às grandes catedrais. Tem razão Mário Martins ao observar que "a Bíblia forjou-nos a nós e a toda a Idade Média"²¹. Se do latim eclesiástico despontariam as línguas vernáculas, também não é menos verdade que essa língua foi um poderoso veículo de difusão e consolidação da cultura.

A cultura clássica, que o cristianismo integrara desde o princípio e enriquecera com novos contributos, religiosos e orientais, ficara, desde os inícios da Idade Média, como matriz indelével identificadora da Europa. Por toda a parte perdura a expressão dessa interligação do classicismo e do cristianismo. Podem observar-se frequentemente, pelas regiões por onde se expandiu o império, as ruínas romanas: termas, templos, aras votivas, calçadas com os seus marcos miliários como memória inconfundível do império, ao lado de antigos edifícios conventuais, de pequenas ermidas, de igrejas e catedrais, memória palpável do cristianismo. Por vezes, permanecem ainda no templo cristão, erguido sobre o templo pagão, vestígios dos próprios sistemas construtivos ali deixados pelos romanos, como um abraço visível de duas culturas. Entra-se numa cidade por uma

ponte romana para se ir visitar a catedral que ostenta no tímpano sobranceiro à porta de entrada a figura de Cristo e dos Apóstolos. No interior poderão admirar-se representações de cenas bíblicas: da torre de Babel, do dilúvio mesopotâmico ou da passagem do Mar Vermelho na saída dos Hebreus do Egipto. Sobre o altar-mor veremos o símbolo do peixe com o vocábulo grego "IXDUS" e mais à frente uma evocação do Deus da Bíblia "IAVÈ". Tudo isto é expressão plástica da cultura europeia: raiz clássica e raiz bíblica com tudo o que comporta do Antigo Oriente.

A história das heranças sucessivas que entram na cultura que define e identifica a Europa não poderá por isso ser esquecida perante tão persistente e impressionante memória.

A maneira de **postscriptum** convirá acrescentar que, da cultura europeia, facilmente se passaria para um conceito mais alargado de ocidental, o que facilmente se compreende quando se pensa que o cristianismo tinha um carácter de missão e que a Europa cultivou um sentimento colectivo de religião e um conceito de cultura e civilização que considerava superior. Por isso, quando o velho continente contactou novos mundos não podia deixar de transmitir os seus valores. A cultura que se desenvolvera na Europa, no "Ocidente", expandir-se-ia integrando novos elementos, sem perder no essencial as suas matrizes ancestrais.

Notas

- ¹ J. Hours, **Valeur de l'histoire** Paris, PUF 1971, p. 16.
- ² P. Grimal e Outros, **História Geral da Europa**, Mem Martins, Europa-América, vol. 1, 1996, p. 6.
- ³ E. Morin e Outros, **Os problemas do fim de século**, Lisboa, Ed. Notícias 1996, 2.ª ed. pp. 9-10
- ⁴ F. Braudel, **Ecrits sur l'histoire**, Paris, Flammarion, 1969, p. 62.
- ⁵ Cl. Levi Strauss, **Antropologie Structurele**, Paris, Plon 1958 pp. 30-31.
- ⁶ P. Amiet, **As Civilizações Antigas do Médio Oriente**, Lisboa, Europa-América 1974, p. 5.
- ⁷ J. Bottéro in **L' Orient Ancien et nous**, Paris, Ed. Albin Michel, 1996, p. 18.
- ⁸ J. Reade, **Mesopotamia**, Londres, British Museum Press, 2.ª ed. 1993, p. 4.
- ⁹ Sobre o conceito de Pré-história e História ver A.A.Tavares, **As civilizações Pré-clássicas, Guia de estudo**, Lisboa, ed. Estampa, 3.ª ed., 1995 pp. 23-24
- ¹⁰ A. A. Tavares, **Civilizações Pré-clássicas**, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, pp. 322-326.
- ¹¹ Sobre a legislação assíria, ver G. Cardascia, **Les lois assyriennes**, Eds. du Cerf, Paris 1969.
- ¹² A. A. Tavares, **Civilizações Pré-clássicas**, ob. cit. pp. 326-327.
- ¹³ G. Roux, **La Mésopotamie**, Paris, Eds. du Seuil 1985, pp. 308-309.
- ¹⁴ A. A. Tavares, *ibidem*, p. 335.
- ¹⁵ A. Barucq e outros, **Prières de l' Ancien Orient**, Paris, Eds. du Cerf, 1989, p. 4.
- ¹⁶ A. A. Tavares. *ibidem* p. 151.
- ¹⁷ A. A. Tavares, *ibidem* p. 175.
- ¹⁸ A. Ermaan, **La civilisation égyptienne**, Paris, Payot 1976, p. 534.
- ¹⁹ G. Bazin, **Histoire de l' art** Paris, Massin, 3.ª ed. p. 27
- ²⁰ M. L. C. Buescu, **Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa**, Lisboa, Instituto da Cultura portuguesa, 1979, pp. 11-12.
- ²¹ M. Martins, **A Bíblia na literatura medieval portuguesa**, Lisboa, Instituto da cultura portuguesa, 1979, p. 12.